

---

## SUMÁRIO

---

<b>Apresentação</b> — <i>Carlos Augusto Assis</i> .....	13
<b>Prefácio</b> — <i>Patrícia Pizzol</i> .....	15
<b>Introdução</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I. TUTELA CONSTITUCIONAL DO PROCESSO E O ACESSO À JUSTIÇA</b>	
1.1. Constitucionalização do processo .....	21
1.1.1. Processo e constituição .....	21
1.2. A temática do acesso à Justiça .....	25
1.2.1. Real alcance do acesso à Justiça .....	25
1.2.2. O acesso à Justiça e o princípio da efetividade .....	27
1.2.3. A participação do juiz no processo .....	31
<b>CAPÍTULO II. A CONGRUÊNCIA DA TUTELA JURISDICIONAL E OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	
2.1. Os institutos fundamentais do direito processual civil: suporte para a congruência da tutela .	35
2.1.1. Congruência entre jurisdição e sentença .....	36
2.1.2. Congruência entre ação e sentença .....	37
2.1.3. Congruência entre processo e sentença .....	39
<b>CAPÍTULO III. PERSPECTIVA HISTÓRICA E DIREITO ESTRANGEIRO</b>	
3.1. Importância do estudo sob perspectiva histórica .....	40
3.2. Direito romano .....	40
3.2.1. Processo formulário .....	40
3.2.2. Processo extraordinário .....	42
3.3. Direito canônico medieval .....	44
3.4. Direito moderno liberal: valorização da congruência no direito contemporâneo .....	45
3.4.1. Direito argentino .....	46
3.4.2. Direito cubano .....	48
3.4.3. Direito espanhol .....	48
3.4.4. Direito português .....	49

3.4.5. Direito italiano .....	51
3.4.6. Direito francês .....	52
3.4.7. Direito alemão .....	53
3.4.8. Uma breve referência ao sistema do <i>common law</i> .....	56
3.4.9. A experiência russa do código de processo civil de 1964 e o novo código de 2002 .....	58
3.5. Síntese conclusiva .....	60

#### CAPÍTULO IV. DIREITO BRASILEIRO

4.1. Direito português nas ordenações do reino .....	61
4.1.1. Ordenações afonsinas .....	61
4.1.2. Ordenações manuelinas .....	63
4.1.3. Ordenações filipinas .....	63
4.2. Consolidação ribas .....	64
4.3. Regulamento n. 737 e Decreto n. 763 .....	64
4.4. Códigos estaduais .....	65
4.5. Código de processo civil de 1939 .....	66
4.6. Código de processo civil de 1973 .....	68

#### CAPÍTULO V. QUESTÕES TERMINOLÓGICAS E SEMIÓTICAS

5.1. Linguagem e ciência do direito .....	69
5.2. Ausência de uniformidade terminológica .....	70
5.2.1. Adstrição .....	72
5.2.2. Correlação .....	72
5.2.3. Correspondência .....	73
5.2.4. Simetria .....	73
5.2.5. Congruência .....	74

#### CAPÍTULO VI. O PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

6.1. Premissas conceituais pré-operacionais .....	76
6.1.1. Sistema e princípios .....	76
6.1.1.1. Sistema .....	76
6.1.1.2. Princípios .....	79
6.1.1.2.1. Princípios e regras .....	79
6.1.1.3. Princípios do direito processo civil .....	84
6.1.1.4. Dogmatização da congruência como princípio .....	85
6.2. O princípio da congruência entre demanda e tutela jurisdicional: considerações iniciais .....	87
6.2.1. Demanda, ação e pretensão .....	89

6.2.2. Especificação sobre o tema objeto de pesquisa .....	92
6.3. Núcleo principiológico da congruência .....	94
6.4. Conceito .....	97
6.5. Classes de (in)congruência .....	100
6.6. Fundamentos .....	102
6.6.1. Princípio da inércia da jurisdição .....	102
6.6.2. Princípio da demanda .....	106
6.6.3. Princípio dispositivo .....	109
6.6.4. Princípio do contraditório e da ampla defesa .....	112
6.6.5. Princípio da motivação das decisões judiciais .....	124
6.6.6. Síntese conclusiva .....	129

## **CAPÍTULO VII. PEDIDO E SENTENÇA: CORRELAÇÃO NECESSÁRIA**

7.1. Pedido: limitador da atividade jurisdicional .....	132
7.2. Pedido imediato e mediato .....	133
7.3. Interpretação do pedido .....	136
7.4. Requisitos do pedido: certeza e determinação .....	139
7.5. Classificação do pedido .....	141
7.5.1. Classificação quanto ao conteúdo .....	141
7.5.1.1. Pedido simples .....	141
7.5.1.2. Pedidos implícitos .....	142
7.6. Classificação quanto ao número .....	143
7.6.1. Pedido unitário .....	143
7.6.2. Pedidos cumulados .....	144
7.6.2.1. Cumulação própria .....	145
7.6.2.1.1. Cumulação simples .....	146
7.6.2.1.2. Cumulação sucessiva .....	146
7.6.2.2. Cumulação imprópria .....	148
7.6.2.2.1. Cumulação alternativa .....	148
7.6.2.2.2. Cumulação eventual ou subsidiária .....	150
7.6.3. Objeto composto e o princípio da congruência .....	152
7.7. Sentença: ato magno do processo .....	153
7.8. Conceito legal .....	155
7.9. Estrutura da sentença .....	160
7.9.1. Sentença em seu aspecto material .....	160
7.9.2. Sentença em seu aspecto formal .....	161

7.10. Classificação das sentenças .....	162
7.11. Sentença incongruente .....	173

## CAPÍTULO VIII. MITIGAÇÕES AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO?

8.1. Pedidos implícitos? .....	179
8.2. Abuso do processo? .....	183
8.3. <i>Contempt of court</i> ? .....	190
8.4. Pedido genérico? .....	194
8.5. Dano moral? .....	200
8.6. Cautelares? .....	201
8.7. Possessórias? .....	208
8.8. Reconhecimento de paternidade e alimentos? .....	210
8.9. Procedimentos de jurisdição voluntária? .....	211
8.10. Direito superveniente? .....	211
8.11. Tutela específica? .....	214
8.12. Matérias de ordem pública? .....	223
<b>Conclusão</b> .....	231
<b>Referências</b> .....	243